



JORNAL OFICIAL

Terça-feira, 1 de Agosto de 2006



Série

Número 148

Sumário

SECRETARIA REGIONAL DO EQUIPAMENTO SOCIAL E TRANSPORTES
Anúncio de concurso

SECRETARIA REGIONAL DOS ASSUNTOS SOCIAIS
Avisos

SECRETARIA REGIONAL DA EDUCAÇÃO
Despacho

SECRETARIA REGIONAL DO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS
Despacho n.º 137/2006
Avisos
Despacho

SECRETARIA REGIONAL DO EQUIPAMENTO SOCIAL E TRANSPORTES**Anúncio de concurso**

DIRECÇÃO REGIONAL DE EDIFÍCIOS PÚBLICOS

CONCURSO PÚBLICO n.º 31/2006

"ESCOLABÁSICADO 1.º CICLO DO RANCHO - CALDEIRA"

ANÚNCIO DE CONCURSO

Obras

O concurso está abrangido pelo Acordo sobre Contratos Públicos (ACP)? Não.

SECÇÃO I - ENTIDADE ADJUDICANTE

I.1) DESIGNAÇÃO E ENDEREÇO OFICIAIS DA ENTIDADE ADJUDICANTE: Região Autónoma da Madeira, Secretaria Regional do Equipamento Social e Transportes (Direcção Regional de Edifícios Públicos), Direcção de Serviços de Concursos e Contratos, Rua Dr. Pestana Júnior, 6, C.P. - 9064 - 506 Funchal. Tel.: 291 207 200. Fax: 291207385. Endereço Internet (URL): www.sres.pt

I.2) ENDEREÇO ONDE PODEM SER OBTIDAS INFORMAÇÕES ADICIONAIS: Indicado em I.1.

I.3) ENDEREÇO ONDE PODE SER OBTIDA A DOCUMENTAÇÃO: Indicado em I.1.

I.4) ENDEREÇO ONDE DEVEM SER ENVIADOS AS PROPOSTAS/PEDIDOS DE PARTICIPAÇÃO: Indicado em I.1.

I.5) TIPO DE ENTIDADE ADJUDICANTE: Autoridade Regional/local.

SECÇÃO II - OBJECTO DO CONCURSO**II.1) DESCRIÇÃO**

II.1.1) Tipo de contrato de obras: Execução.

II.1.5) Designação dada ao contrato pela entidade adjudicante: "Escola Básica do 1.º Ciclo do Rancho - Caldeira".

II.1.6) Descrição/objecto do concurso: Os principais trabalhos são: Betão armado, alvenaria de blocos, revestimentos de pisos, paredes e tectos, impermeabilizações, carpintarias, serralharias, pinturas, redes de água e esgotos, instalação eléctrica, instalação de aquecimento de águas, gás e diversos.

Preço base do concurso: EUR 3.150.000,00 não incluindo o IVA.

II.1.7) Local onde se realizará a obra, a entrega dos fornecimentos ou a prestação de serviços: Região Autónoma da Madeira - Concelho de Câmara de Lobos.

Código NUTS: PT300 MADEIRA.

II.1.8) Nomenclatura

II.1.8.1) Classificação CPV (Common Procurement Vocabulary):

45 21 42 10 - 5

II.1.9) Divisão em lotes: Não.

II.1.10) As variantes serão tomadas em consideração: Não.

II.3) Duração do contrato ou prazo de execução: 12 meses, a partir da data da consignação.

SECÇÃO III - INFORMAÇÕES DE CARÁCTER JURÍDICO, ECONÓMICO, FINANCEIRO E TÉCNICO**III.1) CONDIÇÕES RELATIVAS AO CONCURSO**

III.1.1) Cauções e garantias exigidas: 5% do valor total do contrato.

III.1.2) Principais modalidades de financiamento e pagamento e/ou referência às disposições que as regulam: A cobertura orçamental será assegurada pelo Orçamento da Região Autónoma da Madeira, através da Secretaria Regional do Equipamento Social e Transportes.

III.1.3) Forma jurídica que deve revestir o agrupamento de empreiteiros, de fornecedores ou de prestadores de serviços: Agrupamento Complementar de Empresas ou Consórcio Externo, em regime de responsabilidade solidária.

III.2) CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

III.2.1) Informações relativas à situação do empreiteiro/ do fornecedor/ do prestador de serviços e formalidades necessárias para avaliar a capacidade económica, financeira e técnica mínima exigida: Os concorrentes deverão ser titulares de alvará de construção emitido pelo IMOPPI, com as seguintes autorizações: a 1ª subcategoria da 1ª categoria na classe que cubra o valor global da sua proposta e a 4ª subcategoria da 1ª categoria na classe correspondente à parte dos trabalhos a que respeite.

Os concorrentes não detentores de alvará de construção, a que se referem as alíneas b), c) e d) do art.º 54.º do Decreto-Lei n.º 59/ 99, de 2 de Março, poderão apresentar-se a concurso nos termos do disposto nos artigos 67.º e 68.º do mesmo diploma legal.

III.2.1.1) Situação jurídica - Documentos comprovativos exigidos:

Os documentos referidos no programa de concurso.

III.2.1.2) Capacidade económica e financeira - Documentos comprovativos exigidos: Os documentos referidos no programa de concurso.

III.2.1.3) Capacidade técnica - Documentos comprovativos exigidos:

Os documentos referidos no programa de concurso.

SECÇÃO IV - PROCESSOS

IV.1) TIPO DE PROCESSO: Concurso público.

IV.2) CRITÉRIOS DE ADJUDICAÇÃO: Proposta economicamente mais vantajosa, tendo em conta:

Os critérios a seguir indicados:

1 Valia técnica da proposta - 0,70;

2 Preço - 0,30.

Por ordem decrescente de importância: Sim.

IV.3) INFORMAÇÕES DE CARÁCTER ADMINISTRATIVO

IV.3.1) Número de referência atribuído ao processo pela entidade adjudicante: Concurso Público n.º 31/2006.

IV.3.2) Condições para a obtenção de documentos contratuais e adicionais: Data limite de obtenção: 11/09/2006.

Custo: 500,00 (papel), 100,00 (suporte digital) a acrescer de IVA à taxa legal em vigor nas Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira. Moeda: EURO.

Condições e forma de pagamento: O processo de concurso será fornecido no prazo de 6 dias, a contar da data da recepção do respectivo pedido escrito. O pagamento é prévio e será feito em numerário ou cheque visado, passado à ordem do Tesoureiro do Governo Regional da Madeira.

IV.3.3) Prazo para recepção de propostas ou pedidos de participação:

18/09/2006, Hora: 17:00.

IV.3.5) Língua ou línguas que podem ser utilizadas nas propostas ou nos pedidos de participação: Português.

IV.3.6) Prazo durante o qual o proponente deve manter a sua proposta:

66 dias, a contar da data do acto público do concurso.

IV.3.7) Condições de abertura das propostas

IV.3.7.1) Pessoas autorizadas a assistir à abertura das propostas: Qualquer pessoa, podendo intervir representantes dos concorrentes, devidamente credenciados.

IV.3.7.2) Data, hora e local: 19/09/2006 - 10:00 Local indicado em I.1.

SECÇÃO VI - INFORMAÇÕES ADICIONAIS

VI.1) TRATA-SE DE UM ANÚNCIO NÃO OBRIGATÓRIO: Não.

VI.3) O PRESENTE CONTRATO ENQUADRA-SE NUM PROJECTO/PROGRAMA FINANCIADO PELOS FUNDOS COMUNITÁRIOS: Não.

DATA DE ENVIO DO ANÚNCIO PARAPÚBLICAÇÃO - 25 de Julho de 2006.

Secretaria Regional do Equipamento Social e Transportes, 25 de Julho de 2006.

O CHEFE DE GABINETE, João Ricardo Luís dos Reis

SECRETARIA REGIONAL DOS ASSUNTOS SOCIAIS

DIRECÇÃO REGIONAL DE GESTÃO E DESENVOLVIMENTO DOS RECURSOS

Aviso

Por despacho de Sua Excelência a Secretária Regional dos Assuntos Sociais de 17/07/2006, são nomeadas na categoria de assistente administrativo especialista, da carreira de assistente administrativo, as funcionárias abaixo discriminadas, nos termos da alínea a) do n.º 1 do art.º 8.º da Lei n.º 44/99, de 11/06, e artigos 8.º e 9.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 07/12, adaptado à RAM pelo Decreto Regulamentar Regional, n.º 2/90/M, de 02/03. (processos isentos da fiscalização prévia da S.R.M.T.C.).

- Maria da Luz Rodrigues de Castro Lira

- Ana Maria Gonçalves Correia de Gouveia Pinto

- Maria Ângela Mendes de Canha

Direcção Regional de Gestão e Desenvolvimento dos Recursos, aos 21 de Julho de 2006.

A DIRECTORA REGIONAL, Augusta Aguiar

Aviso

Ao abrigo do disposto no n.º 2 do artigo 70.º do Estatuto Disciplinar dos funcionários e agentes da administração

central, regional e local, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 24/84, de 16 de Janeiro, publica-se a vacatura do lugar ocupado pela assistente administrativa especialista Idalina Maria Figueira Gomes Azevedo, no quadro de pessoal da Direcção Regional de Gestão e Desenvolvimento dos Recursos, em consequência da aplicação da pena de demissão por despacho de 14-07-2006, de Sua Excelência a Secretária Regional dos Assuntos Sociais, na sequência de processo disciplinar.

Direcção Regional de Gestão e Desenvolvimento dos Recursos, aos 21 de Julho de 2006.

A DIRECTORA REGIONAL, Augusta Aguiar

SECRETARIA REGIONAL DA EDUCAÇÃO

Despacho

Na sequência de concurso interno de acesso geral para preenchimento de 1 vaga de Consultor Jurídico de 1.ª Classe no quadro de pessoal da Inspeção Regional de Educação, do Gabinete do Secretário Regional de Educação, criado pelo Decreto Regulamentar Regional n.º 5/2005/M, de 8 de Março, ficou aprovada a candidata RUBINA MARTA DE SOUSA LOPES FREITAS ROSA.

Esta despesa tem cabimento nas correspondentes rubricas orçamentais da Inspeção Regional de Educação.

Nos termos do n.º 1 do art.º 8.º, conjugado com os n.ºs 3 e 4 do art.º 4.º e o n.º 8 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, aplicado à RAM pelo Decreto Regulamentar Regional n.º 2/90/M, de 2 de Março, com alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 218/98, de 17 de Julho, e alínea c) do n.º 1 do art.º 4.º do Decreto-Lei n.º 404-A/98, de 18 de Dezembro, alterado pela Lei n.º 44/99, de 11 de Junho, nomeio na categoria de Consultora Jurídica de 1.ª Classe RUBINA MARTA DE SOUSA LOPES FREITAS ROSA, com efeitos a partir de 31 de Maio de 2006.

Funchal, 30 de Maio de 2006.

O SECRETÁRIO REGIONAL DE EDUCAÇÃO, Francisco José Vieira Fernandes

SECRETARIA REGIONAL DO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS

Despacho n.º 137/2006

Na sequência de procedimento concursal para provimento de cargo de direcção intermédia de 2.º grau, cuja publicação foi efectuada no JORAM II Série, n.º 83, de 28 de Abril de 2006 e no Jornal "NOTÍCIAS DAMANHÃ", de 09 de Maio de 2006, em conformidade com o disposto nos n.ºs 1, 2 e 3 do artigo 21.º da Lei n.º 51/2005 de 30 de Agosto;

DETERMINO:

Nomear em regime de Comissão de Serviço, para o cargo de Chefe de Divisão de Estudos e Pareceres Jurídicos, do Gabinete Jurídico, do quadro de pessoal do Gabinete do Secretário Regional do Ambiente e dos Recursos Naturais, MARIA DO CÉU DE FREITAS GONÇALVES DA COSTA MENDES VIEIRA FERNANDES, licenciada em Direito.

A presente nomeação é feita por urgente conveniência de serviço, nos termos do disposto no n.º 11 do artigo 21.º da Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, e produz efeitos a partir de 19 de Julho de 2006.

Este provimento tem cabimento orçamental na rubrica da Secretaria 10, Capítulo 01, Divisão 00, Subdivisão 00, Classificação Económica 01.01.03.

Secretaria Regional do Ambiente e dos Recursos Naturais, aos 19 de Julho de 2006.

O CHEFE DO GABINETE, por delegação de competências do Secretário Regional do Ambiente e dos Recursos Naturais, José Miguel da Silva Branco

Curriculum Vitae

Maria do Céu Costa Mendes V. Fernandes

Dados Biográficos

Nome: Maria do Céu de Freitas Gonçalves da Costa Mendes Vieira Fernandes
Data de nascimento: 13 de Maio de 1972
Naturalidade: Lisboa
Nacionalidade: Portuguesa
Estado civil: Casada
Descendentes: 1

Habilitações Académicas

- Curso de Licenciatura em Direito, pela Universidade Autónoma de Lisboa "Luís de Camões", entre 1990 e 1995;
- Curso de Pós-Graduação em Direito Regional, pela Universidade da Madeira e pela Faculdade de Direito de Lisboa, entre 2000 e 2001.

Formação Complementar

- Curso de Alemão, pela Cambridge School e pela International School, entre 1986 e 1990;
- Estágio de Advocacia, entre 1996 e 1997, com o Sr. Dr. José Alberto Gonçalves;
- Curso de Formação de Formadores (Nível V), entre 1999 e 2000 (possuidora do respectivo Certificado de Aptidão Profissional).

Formação Profissional

- Encontro de Direito do Trabalho (1996)
- Curso de Contencioso Administrativo (1996)
- Jornadas de Direito Criminal (1996)
- Jornadas de Processo Civil (1996)
- Conferência - Alterações ao Código do Processo Civil (1997)
- Jornadas de Sensibilização para a Prática do Direito Comunitário (1998-1999)
- Ciclo de Conferências "*Justiça e Direito - Perspectivas e Dinamismos*" (1998)
- Curso de Regime de Realização das Despesas Públicas (1999)
- Curso de Contencioso Administrativo (1999)
- Curso de Técnicos Superiores Estagiários (2000)
- Jornadas de Sensibilização sobre o Euro (2001)
- Curso de Gestão Estratégica de Recursos Humanos (2001)
- Curso de Regime da Reclassificação e da Reconversão Profissionais na Administração Pública (2001)
- Curso de Liderança e Motivação de Grupo (2001)
- Seminário "*Contra o Stresse no Trabalho*" (2003)
- Curso - Desenvolver e Promover a Criatividade, a Inovação e a Motivação nos Serviços Públicos (2003)
- Seminário "*A Construção da Igualdade*" (2003)

- Conferência - O Novo Código do Trabalho (2004)
- Curso de Técnicas de Entrevista e Análise de Informação para Júris de Concursos (2004)
- Seminário de Divulgação do Anuário de Formação de 2003 (2004)
- Curso - SIADAP - A Avaliação do Desempenho das Pessoas e das Organizações (2004)

Formação em Informática

- Curso de Microinformática - Utilização e Aperfeiçoamento de MS Office 2000 (2000-2001)
- Curso de Tecnologia Internet - Utilização e Navegação (2001)
- Curso de MS Access - Iniciação (2002)
- Curso de MS Access - Avançado (2002)

Conhecimentos de Informática

- MS Word, MS Excel, MS PowerPoint, MS Access, PDF Creator, Paint Shop Pro.

Conhecimentos Linguísticos

- Excelentes: Inglês e Alemão; Bons: Francês; Elementares: Italiano e Espanhol.

Experiência Profissional

- Exercício de advocacia, entre 1996 e 2001 (solicitou a suspensão do exercício a 01 de Janeiro de 2002), com o Sr. Dr. José Alberto Gonçalves;
- Estágio no Departamento de Trabalho e Serviços Jurídicos da "EEM - Empresa de Electricidade da Madeira, S. A.", em 1998;
- Consultoria Jurídica no Gabinete Jurídico do Gabinete do Secretário Regional de Agricultura, Florestas e Pescas, entre 1999 e 2000;
- Consultoria Jurídica no Gabinete Jurídico do Gabinete do Secretário Regional do Ambiente e dos Recursos Naturais, entre 2000 e 2001;
- Coordenação da Área de Recursos Humanos do Gabinete do Secretário Regional do Ambiente e dos Recursos Naturais, exercendo funções em tudo idênticas às de Chefe de Divisão, entre 2001 e 2002;
- Chefia da Divisão de Gestão e Formação de Recursos Humanos do Gabinete do Secretário Regional do Ambiente e dos Recursos Naturais, em regime de substituição, entre 2002 e 2003;
- Chefia da Divisão de Gestão e Formação de Recursos Humanos do Gabinete do Secretário Regional do Ambiente e dos Recursos Naturais, em regime de comissão de serviço, entre 2003 e 2006;
- Chefia da Divisão de Estudos e Pareceres Jurídicos do Gabinete do Secretário Regional do Ambiente e dos Recursos Naturais, em regime de substituição, desde 2006.
- Nomeação como membro de grupos de trabalho constituídos no âmbito da SRA;
- Nomeação, em representação da SRA, como membro de grupos de trabalho;
- Nomeação como membro de júri em procedimentos de aquisição de bens móveis e serviços;
- Nomeação como membro de júri em procedimentos de empreitadas públicas;
- Nomeação como membro de júri em concursos de pessoal;
- Nomeação como instrutora de processos disciplinares e de averiguações;
- Elaboração de propostas legislativas.

Maria do Céu Costa Mendes V. Fernandes

Aviso

Pelo meu despacho n.º 135/2006, de 17/07, foi autorizada a reclassificação profissional do trabalhador rural, MANUEL RAIMUNDO DA PAIXÃO, na categoria de jardineiro, escalão 3, índice 160, do grupo de pessoal operário qualificado, do quadro de pessoal da Direcção Regional de Agricultura e Desenvolvimento Rural.

(Isento de fiscalização prévia da S.R.M.T.C.).

Secretaria Regional do Ambiente e dos Recursos Naturais, 21 de Julho de 2006.

O CHEFE DO GABINETE, José Miguel da Silva Branco

Aviso

284

- 1 - Nos termos do n.º 2 do artigo 3.º e do n.º 1 do artigo 28.º do Decreto-Lei n.º 204/98 de 11 de Julho, e do Decreto Regulamentar Regional n.º 13/93/M de 25 de Maio, alterado pelo Decreto Regulamentar Regional n.º 19/99/M de 30 de Novembro, torna-se público que por despacho de Sua Excelência o Secretário Regional do Ambiente e dos Recursos Naturais de 2-07-2006, foi autorizada a abertura de concurso interno de acesso geral, pelo prazo de 10 dias úteis a contar da data da publicação (distribuição) deste aviso no JORAM, para preenchimento de cinco vagas de Vigilante da Natureza Principal, da carreira de Vigilantes da Natureza, do quadro de pessoal do Parque Natural da Madeira, constante do mapa anexo n.º II ao Decreto Regulamentar Regional n.º 13/93/M de 25 de Maio, alterado pela Portaria n.º 19/98 de 23 de Fevereiro e Decreto Regulamentar Regional n.º 19/99/M de 30 de Novembro, alterado pelo Decreto Regulamentar Regional n.º 13/2003/M de 2 de Maio.
- 2 - A remuneração é a correspondente a um dos escalões da categoria de Vigilante da Natureza Principal, do Grupo de Pessoal Técnico Profissional, constante do mapa anexo ao Decreto Legislativo Regional n.º 23/99/M, de 26 de Agosto, alterado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 4/2005/M, de 15 de Abril, sendo o local de trabalho o da localização das áreas ou zonas que se encontram afectas ao Parque Natural da Madeira, enquanto áreas ou zonas protegidas pelo P.N.M. na R.A.M., sendo as condições de trabalho e as regalias sociais as genericamente vigentes para os funcionários da Administração Regional.
- 3 - O concurso é válido apenas para as referidas vagas e esgota-se com o preenchimento das mesmas.
- 4 - O conteúdo funcional dos lugares a preencher consta dos artigos 3.º e 4.º do anexo III ao Decreto Regulamentar Regional n.º 13/93/M, de 25 de Maio (Estatuto do Corpo de Vigilantes da Natureza), alterado pelo Decreto Regulamentar Regional n.º 13/2003/M, de 2 de Maio, consistindo genericamente no desenvolvimento formas de informação,

divulgação, educação ambiental, vigi-lância e fiscalização, nomeadamente no âmbito do acompanhamento das populações e visitantes das áreas classificadas.

5 - São requisitos de admissão ao concurso:

5.1 - Gerais:

Os constantes do n.º 2 do artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho.

5.2 - Especiais:

- a) Possuam a categoria de Vigilante da Natureza de 1ª classe, da carreira de Vigilantes da Natureza, com pelo menos três anos na respectiva categoria classificados de Muito Bom, ou cinco anos classificados de Bom.
- b) Terem exercido funções de conteúdo idêntico ao do lugar a preencher, pelo período mínimo de tempo a que se reporta a alínea anterior.

6 - As candidaturas deverão ser formalizadas mediante requerimento, em modelo próprio a fornecer pelos Serviços Administrativos do Parque Natural da Madeira, dirigidas a Sua Excelência o Secretário Regional do Ambiente e dos Recursos Naturais, e entregues pessoalmente ou remetidos pelo correio, dentro do prazo de abertura de concurso, à Secretaria Regional do Ambiente e dos Recursos Naturais, Avenida Arriaga 21-A, Edifício Golden Gate 5.º andar - 9004-528 Funchal.

6.1 - Do requerimento deverão constar:

- a) Identificação completa (nome, filiação, naturalidade, nacionalidade, data de nascimento, número e data do bilhete de identidade e serviço de identificação que o emitiu, residência, código postal, número de telefone).
- b) Identificação do concurso, com referência ao número e data do Jornal Oficial onde se encontra publicado o respectivo aviso de abertura.
- c) Habilitações Literárias.
- d) Declaração do candidato sob compromisso de honra, como reúne os requisitos gerais de admissão ao concurso.
- e) Vinculação orgânica, organismo a que pertence o candidato, sua categoria, carreira, vínculo e escalão.
- f) Tempo de serviço efectivo na categoria, na carreira e na função pública.
- g) Classificação de serviço no período mínimo de tempo na categoria imediatamente inferior àquela a que concorre.

6.2 - Os requerimentos de admissão ao concurso, deverão ainda ser instruídos dos seguintes documentos:

- a) Certificado das habilitações literárias exigidas.
- b) Declaração passada pelos serviços a que os candidatos se achem vinculados, autenticada com selo branco ou carimbo, da qual constem, de maneira inequívoca, a existência do vínculo à função pública, a categoria que detêm e o tempo de serviço efectivo nessa categoria, na carreira e na função pública, bem como a menção das classificações de serviço obtidas nos anos relevantes para a promoção, em termos qualitativos e quantitativos.
- c) Curriculum Vitae detalhado, dactilografado em papel formato A4, onde constem os seguintes elementos: habilitações profissionais (especializações, estágios, seminários, acções de formação, etc.); experiência profissional, explicitando nomeadamente as diversas categorias possuídas pelos candidatos (com indicação dos respectivos vínculos, bem como das datas do início e termo das funções relativamente a cada uma delas); a indicação dos serviços onde os candidatos têm exercido funções e a descrição das funções com mais interesse para o lugar a que se candidatam; quaisquer outros elementos que os candidatos entendam dever apresentar, por serem relevantes, para apreciação do seu mérito.

6.2.1 - É dispensada a apresentação do documento referido na alínea a) do ponto 6.2, desde que os candidatos declarem no requerimento de admissão ao concurso, sob compromisso de honra, serem detentores da habilitação que invocam.

6.2.2 - Os funcionários do Parque Natural da Madeira, estão dispensados da apresentação dos documentos solicitados nas alíneas a) e b), do ponto 6.2, desde que os mesmos se encontrem já arquivados nos respectivos processos individuais.

7 - Os métodos de selecção a utilizar serão os seguintes:

7.1 - Avaliação Curricular.

7.1.1 - A avaliação curricular será considerada de acordo com o previsto no artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 204/98 de 11 de Julho, sendo os respectivos critérios de apreciação, ponderação e classificação final constantes de acta elaborada pelo Júri, a qual poderá desde que solicitada, ser facultada aos candidatos.

- 7.2 - Prova de Conhecimentos Gerais:
O programa de provas de conhecimentos gerais, a efectuar sob a forma escrita, encontra-se publicado no Despacho n.º 269-A/2000, publicado no JORAM, II Série, n.º 206 de 26 de Outubro, rectificado no JORAM, II Série n.º 217, 2.º Suplemento de 13 de Novembro de 2000.
A prova de conhecimentos gerais, comporta uma única fase e não tem carácter eliminatório. O tempo de duração previsto é de sessenta minutos.
- 8 - A classificação final será expressa na escala de 0 a 20 valores, resultando da média aritmética ponderada das classificações obtidas na aplicação dos dois métodos de selecção.
- 9 - A relação de candidatos e a lista de classificação final serão afixadas no Departamento dos Serviços Administrativos do Parque Natural da Madeira, Jardim Botânico, Bom Sucesso, 9064-512 Funchal.
- 10 - Assiste ao júri a faculdade de exigir a quaisquer candidatos, em caso de dúvida sobre a situação que descreveram, a apresentação de documentos comprovativos das suas declarações.
- 11 - As falsas declarações serão punidas nos termos da lei penal.
- 12 - O Júri tem a seguinte constituição:
- Presidente:
- Doutora Susana Maria Gouveia e Sá Ventura Fontinha, Directora do Parque Natural da Madeira.
- Vogais Efectivos:
- Eng.ª Luísa Maria Gouveia, Chefe de Divisão da DOPEA do Parque Natural da Madeira, que substituirá o Presidente nas suas faltas ou impedimentos.
 - Doutor Paulo Jorge dos Santos Gomes Oliveira, Chefe de Divisão da DCN do Parque Natural da Madeira.
- Vogais Suplentes:
- João Paulo Baptista Moniz, Coordenador do Parque Natural da Madeira.
 - oão José Marques, Chefe de Departamento do Parque Natural da Madeira.
- 13 - Este concurso reger-se-á pelo Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, Decreto Regulamentar

Regional n.º 23/99/M, de 26 de Agosto, alterado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 4/2005/M, de 15 de Abril.

Secretaria Regional do Ambiente e dos Recursos Naturais, no Funchal aos 24 de Julho de 2006.

O CHEFE DO GABINETE, José Miguel da Silva Branco

INSTITUTO DO VINHO, DO BORDADO E DO ARTESANATO DA MADEIRA, I.P.

Despacho

Considerando que as funcionárias Maria Gorete de Sá, Assistente Administrativa Principal e Ana Paula Ferreira Nunes Lira, Técnica de Informática, Grau 2, Nível 1, do quadro de pessoal do Instituto do Vinho, do Bordado e do Artesanato da Madeira, I.P., têm vindo a desempenhar, durante o mandato da última Direcção do IVBAM e IBTAM respectivamente, e desde o início do mandato do actual Conselho Directivo, além das suas funções normais inerentes às carreira que possuem, funções de Secretariado da Direcção, mormente do seu Presidente;

Considerando que o trabalho por ambas prestado tem-se revelado a todos os níveis irrepreensível, sendo de evidenciar as suas competências, os seus expedientes, as suas responsabilidades e iniciativas;

Considerando que o cargo de Secretária pessoal do Presidente do Instituto do Vinho, do Bordado e do Artesanato da Madeira, I.P. se encontra vago desde Junho do corrente ano;

Considerando a necessidade de manter um apoio administrativo mais directo ao Presidente do Instituto;

Nos termos da alínea g) do n.º 1 do artigo 11.º do Decreto Legislativo Regional n.º 18/2006/M, de 29 de Maio, publicado na I-Série A, do Diário da República n.º 103, e com base no disposto do n.º 3 do artigo 35.º do Decreto-Lei n.º 248/85, de 15 de Julho, são nomeadas: Maria Gorete de Sá, Assistente Administrativa Principal, e Ana Paula Ferreira Nunes Lira, Técnica de Informática, Grau 2, Nível 1, do quadro de pessoal do Instituto do Vinho, do Bordado e do Artesanato da Madeira, I.P., para exercerem funções de Secretariado junto do Presidente do Conselho Directivo do Instituto do Vinho, do Bordado e do Artesanato da Madeira, I.P., desde 01 de Junho do presente ano, data a partir da qual têm direito à participação mensal prevista.

Instituto do Vinho, do Bordado e do Artesanato da Madeira, I.P., aos 1 de Junho de 2006.

O PRESIDENTE DO CONSELHO DIRECTIVO, Paulo Filipe Freitas Rodrigues

CORRESPONDÊNCIA

Toda a correspondência relativa a anúncios e a assinaturas do Jornal Oficial deve ser dirigida à Direcção Regional da Administração da Justiça.

PUBLICAÇÕES

Os preços por lauda ou por fracção de lauda de anúncio são os seguintes:

Uma lauda	€ 15,91 cada	€ 15,91;
Duas laudas	€ 17,34 cada	€ 34,68;
Três laudas	€ 28,66 cada	€ 85,98;
Quatro laudas	€ 30,56 cada	€ 122,24;
Cinco laudas	€ 31,74 cada	€ 158,70;
Seis ou mais laudas	€ 38,56 cada	€ 231,36

A estes valores acresce o imposto devido.

EXEMPLAR

Números e Suplementos - Preço por página € 0,29

ASSINATURAS

	<u>Anual</u>	<u>Semestral</u>
Uma Série	€ 27,66	€ 13,75;
Duas Séries	€ 52,38	€ 26,28;
Três Séries	€ 63,78	€ 31,95;
Completa	€ 74,98	€ 37,19.

Aestes valores acrescentam os portes de correio, (Portaria n.º 1/2006, de 13 de Janeiro) e o imposto devido.

EXECUÇÃO GRÁFICA

Divisão do Jornal Oficial

IMPRESSÃO

Divisão do Jornal Oficial

DEPÓSITO LEGAL

Número 181952/02

O Preço deste número: € 2,41 (IVA incluído)